



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE – FANESSE**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MONIK TOMAZ GOIS**

**DIFICULDADES DE DISCENTES SURDOS NA FORMAÇÃO DE NÍVEL  
SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: estudo de caso em faculdade particular**

**ARACAJU-SE**  
**2018.1**

**MONIK TOMAZ GOIS**

**DIFICULDADES DE DISCENTES SURDOS NA FORMAÇÃO DE NÍVEL  
SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: estudo de caso em faculdade particular**

**Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientador: Prof. Esp. Cantidiano Novais Dantas.**

**Coordenadora: Prof. Esp. Luciana Matos dos Santos Figueiredo Barreto.**

**Aracaju – SE  
2018.1**

G616d GOIS, Monik Tomaz.

Dificuldades de Discentes Surdos na Formação de Nível Superior na Área Contábil / Monik Tomaz Gois, 2018. 26 p.

Artigo (Graduação) - Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Coordenação de Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Cantidiano Novais Dantas

1. Formação de Surdos 2. Ciências Contábeis 3. Inclusão Social I. TÍTULO.

CDU 657: 376.2(813.7)

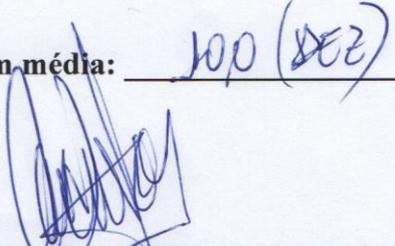
Elaborada pela Bibliotecária Lícia de Oliveira CRB-5/1255

MONIK TOMAZ GOIS

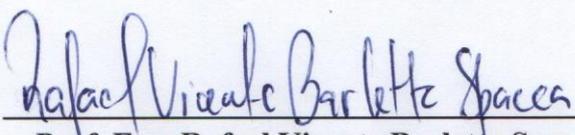
**DIFICULDADES DE DISCENTES SURDOS NA FORMAÇÃO DE NÍVEL  
SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: estudo de caso em faculdade particular**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócio de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado (a) com média: 100 (DEZ)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Esp. Cantidiano Novais Dantas  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Esp. Rodrigo Dias de Oliveira Rosa  
Avaliador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Esp. Rafael Vicente Barletta Spacca  
Avaliador

Aracaju (SE), 18 de Junho de 2018

## RESUMO

As políticas públicas, as instituições privadas e a sociedade civil organizada enfrentam o grande desafio de situar a perspectiva de uma educação inclusiva. A educação especial deve ser pensada tendo como prioridade a pessoa portadora de necessidades educativas especiais. Este trabalho apresenta pesquisa de campo sobre a formação superior de pessoas surdas para o campo das Ciências Contábeis, discutindo, em especial, o impacto das barreiras da comunicação no processo de socialização destes alunos no ambiente universitário. Assim, este estudo tem o objetivo de abordar as principais dificuldades encontradas por estudantes surdos na formação de nível superior em Ciências Contábeis. Os objetivos específicos são: apresentar as características da inclusão social de pessoas com necessidades especiais; expor a legislação sobre inclusão social de surdos no sistema educacional e os diversos fatores que implicam em dificuldades no contexto de ensino do curso superior em Ciências Contábeis. Para o desenvolvimento deste estudo foram coletados dados através de entrevistas com duas pessoas surdas, uma estudante e outra graduada em Ciências Contábeis. Os depoimentos das Entrevistadas estão apresentados por tema do estudo e contextualizados com a teoria que fundamenta a pesquisa. Os relatos das Entrevistadas permitem conhecer parcialmente as experiências e dificuldades ao longo da formação da graduação e elencar vários pontos responsáveis pelo padrão de qualidade da formação acadêmica e, também, proporciona a ampliação do conhecimento sobre a inclusão linguística dos surdos.

**Palavras-chave:** Formação de Surdos. Ciências Contábeis. Inclusão Social.

## SUMÁRIO

### RESUMO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>2 A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS .....</b>	<b>07</b>
<b>2.1 As Entrevistadas e Suas Percepções da Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais .....</b>	<b>09</b>
<b>2.2 A Inclusão <i>versus</i> a Exclusão no Sistema Educacional .....</b>	<b>10</b>
<b>2.3 O Processo de Aprendizagem na Inclusão ou Exclusão Social .....</b>	<b>12</b>
<b>2.4 A Inclusão Social dos Surdos .....</b>	<b>14</b>
<b>3 LEGISLAÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL DE SURDOS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO .....</b>	<b>17</b>
<b>4 DIFICULDADES GERAIS DA PESSOA SURDA NO CONTEXTO DE ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS .....</b>	<b>19</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>23</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais no ensino superior no Brasil é recente e ainda acontece de forma muito restrita, mesmo que a legislação brasileira obrigue que devem ser criadas formas pedagógicas que viabilizem a aprendizagem de alunos especiais, tanto na educação infantil, fundamental e no ensino superior.

O acesso de pessoas com necessidades especiais ao ensino superior tem aumentado, mas ainda são pouquíssimas pessoas que conseguem concluir uma graduação. Em termos de acesso às dependências das faculdades, é possível ver muitos avanços, com elevadores, rampas, banheiros adaptados, etc. Porém, em termos das propostas didáticas, há pouca mudança.

Quando pensamos nas pessoas que têm surdez ou cegueira absolutas, quase não houve mudanças, pois não há interpretes para Libras e os professores não dominam esta língua. Por isso, os alunos surdos precisam acompanhar as aulas com propostas iguais as que são oferecidas aos alunos ouvintes. Fica então evidenciado que além de entender os novos conceitos e teorias apresentados, os alunos surdos têm que aprender a traduzir o que cada professor está falando.

Diante da situação narrada nos parágrafos anteriores, a problemática a ser investigada neste estudo é: quais as principais dificuldades encontradas por estudantes surdos na formação de nível superior, sob a percepção de alunas surdas de curso de bacharelado em Ciências Contábeis? O objetivo geral é abordar as principais dificuldades encontradas por estudantes surdos na formação de nível superior em Ciências Contábeis. Os objetivos específicos são: apresentar as características da inclusão social de pessoas com necessidades especiais, em particular os surdos; expor sobre a legislação de inclusão social de surdos no sistema educacional; identificar e analisar, sob a perspectiva de alunas surdas de curso de Ciências Contábeis, os diversos fatores que implicam em dificuldades no contexto de ensino de curso superior.

Considerando os problemas dos processos de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior, esta pesquisa partiu das seguintes questões: (i) quais as principais dificuldades as pessoas surdas têm na realização do curso de formação superior?; (ii) Qual o modo como colegas e professores se relacionam com alunas surdas?; (iii) os docentes do curso têm preparo capacitados para trabalhar a inclusão de alunos

surdos ao ambiente do ensino superior? (iv) Quais mudanças pedagógicas os docentes realizaram para trabalhar com alunos surdos em sala de aula?

Para responder ao problema e alcançar os objetivos, a metodologia da pesquisa foi qualitativa, descritiva, de campo, com aplicações de entrevistas com duas pessoas surdas. Por meio da entrevista houve as coletas dos dados. Utilizou-se a técnica de inserção dos depoimentos das Entrevistas nos conteúdos tratados no estudo, apresentando-os nos tópicos deste artigo. Os dados coletados estão contextualizações nos fundamentos teóricos pesquisados.

No entendimento de que existem muitas pessoas com necessidades educacionais especiais que devem ser incluídas no ensino superior, fica evidente a relevância deste estudo, pois ao alcançar uma maior compreensão sobre as dificuldades que este grupo encontra no ambiente universitário, fica ampliada a chance de mudar as estratégias de ensino usadas em salas de aula dos cursos de nível superior.

Nos tópicos deste artigo está descrita a revisão da literatura sobre a temática da inclusão de pessoas com necessidades especiais no brasil e, também, os resultados encontrados com as entrevistas que foram aplicadas. Além desta introdução, segundo tópico aborda a inclusão social de pessoas com necessidades especiais; as entrevistadas e suas percepções da inclusão social de pessoas com necessidades especiais; a inclusão versus a exclusão no sistema educacional; o processo de aprendizagem na inclusão ou exclusão social e a inclusão social dos surdos. O terceiro tópico aborda sobre a legislação de inclusão social de surdos no sistema educacional brasileiro. O tópico quarto apresenta as dificuldades da pessoa surda no contexto de ensino superior em Ciências Contábeis. Em seguida, faz-se as considerações finais e apresenta o referencial teóricos, seguido do *abstract*.

## **2 A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

A necessidade de falar e lutar por inclusão vem do fato de haver muitas pessoas excluídas. Pessoas que têm sido discriminadas por sua escolha sexual ou por cor de pele. Neste contexto, o que significa incluir pessoas na sociedade? De acordo Celete (2018, p.1), a inclusão deve ser entendida como “ato de permitir, favorecer ou facilitar o acesso ao meio comum, indistintamente, seja ela inclusão escolar e/ou social”.

Toda a sociedade tem a responsabilidade de lutar para que pessoas com necessidades especiais sejam incluídas em todos os lugares. Segundo Maciel (2000), hoje no Brasil existem milhares de pessoas com algum tipo de deficiência e todas são discriminadas, inclusive no mercado de trabalho.

O mesmo autor, Maciel (2000), afirma que a sociedade sempre excluiu pessoas com algum tipo de deficiência. A sociedade antiga marginalizava e tirava a liberdade dessas pessoas. Nunca houve respeito, direitos e nem piedade. Este autor afirma que sempre foi mais fácil para a sociedade prestar atenção nos problemas, dificuldades e na aparência dessas pessoas.

No mundo, pessoas estão lutando para aumentar os direitos das pessoas excluídas. Em junho de 1994, aconteceu na Espanha a Conferência Mundial de Educação Especial, onde 88 países participaram e mais 25 organizações internacionais. Neste evento, foi escrita a “Declaração de Salamanca”, estabelecendo importantes pontos que interferem positivamente na realidade atual de pessoas discriminadas em todos os países (ZEPPONE, 2011). Esta autora destaca algumas ideias debatidas na referida conferência, são elas:

Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;
- escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (ZEPPONE, 2011, p.12).

Ainda em relação ao sistema educacional, a autora Zeppone (2011, p.1) aponta “que as políticas públicas enfrentam, na atualidade, um grande desafio, que é o de situar a perspectiva de uma educação inclusiva em um país pobre, marcado por uma desigualdade

social extremamente exacerbada”. Neste contexto, o autor Almeida (1992, p.157) defende que a educação especial seja pensada tendo como prioridade a pessoa portadora de necessidades educativas especiais e por isso, para este autor, a educação especial:

Deve ser voltada para o atendimento das pessoas com necessidades especiais e não para o, enfoque neoliberal, no qual ela é revelada como necessária para se diminuir os gastos com as instituições especializadas e os seus alunos com deficiência, como tem sido comumente concebida a partir dos anos de 1990. Nossas escolas, para atenderem às exigências do mercado, têm priorizado o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, em detrimento de princípios que priorizam a formação humana, contribuindo assim com a aceitação e legitimação da exclusão que tem sido estimulada e construída socialmente de forma essencialmente pedagógica (ALMEIDA, 1992, p.157).

No âmbito das empresas e do setor público é relevante destacar que existe grande dificuldade para fazer com que administradores de empresas privadas, técnicos de órgãos públicos e educadores reflitam e colaborem para resolver os problemas ligados a esta comunidade de excluídos. Segundo Maciel (2000), os preconceitos, as omissões e os descasos podem ser ilustrados a partir de posturas encontradas nos órgãos públicos, conforme o referido autor sinaliza:

Nos órgãos públicos, as solicitações e reivindicações de pessoas portadoras de deficiência logo se transformam nos famosos processos “Ao-Ao”, em que cotas endereçadas “Ao” Dr. Fulano, “Ao” departamento tal e “Ao” setor de Sicrano só criam volume, burocracia e não apontam para soluções, pois todos transferem o “problema” para terceiros, eximindo-se, assim, da necessidade de propor alternativas (MACIEL, 2000, p.3).

Nesta mesma linha de pensamento, os autores Costa e Santos Júnior (2013, p.5) afirmam que:

A inclusão de alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares ainda gera muita polêmica, que pode ser traduzida pelos vocábulos ignorância e preconceito, em geral expressados pela maioria do corpo docente e discente. Todavia, é importante ressaltar que o despreparo dos profissionais da educação só expressa a forma como a sociedade em geral encara a pessoa com necessidade especial.

Diante do exposto, afirma-se que a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais tem vários obstáculos para superar, uma vez não apenas alunos e professores precisam rever seus preconceitos, como também governantes, políticos e funcionários públicos e administradores de empresas privadas e do setor público.

Para que ocorram mudanças na sociedade e deixe de existir exclusão, é preciso mudar a forma como as pessoas enxergam aqueles que têm alguma deficiência ou limitação, seja orgânica, psicológica ou de aprendizagem. Não será total a inclusão enquanto as pessoas se mantêm com tantos preconceitos.

## 2.1 As Entrevistadas e Suas Percepções da Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais

As entrevistadas são estudantes do curso de bacharelado em Ciências Contábeis, em faculdade privada do Estado de Sergipe. Para preservar a identidade delas, neste estudo serão identificadas como “Entrevistada I” e “Entrevistada II”. Sobre o perfil das Entrevistadas, destaca-se que o motivo de uma delas escolher o curso de Bacharel em Ciências Contábeis foi a preferência pessoal por trabalhar com números. Esta Entrevistada atua na contabilidade de uma empresa, na função de diretora financeira do Centro de Surdos de Aracaju (CESAJU). Além disto, recebeu da empresa que trabalha ajuda de custo para pagar a faculdade em Ciências Contábeis, com pagamento da metade mensalidade.

Para a outra Entrevistada, o curso de Bacharel em Ciências Contábeis foi escolhido por motivo de interesse pessoal: o de ter outra formação de graduação em nível superior. Esta Entrevistada tem curso de graduação em Pedagogia, atuando como professora na rede municipal de educação infantil, mas acrescenta: “se um dia precisar voltar para área de contabilidade volto com prazer, aprendi muito nessa área também”.

Quando questionadas sobre suas percepções gerais sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, as Entrevistadas ponderaram:

### Entrevistada I

A inclusão de pessoas com necessidades especiais ainda é pouco organizada no Brasil em todas as áreas da sociedade. Muitos movimentos têm tentado construir propostas para que o governo organize o sistema de inclusão na educação e no mercado de trabalho.

Mas, as pessoas estão sabendo melhor seus direitos e por isso, hoje em dia os pais de pessoas com necessidades educacionais especiais tem lutado para acontecer a inclusão nas escolas e no trabalho. Mas, não apenas os pais fazem esta luta, também os profissionais que trabalham com pessoas especiais estão tentando melhorar a situação da inclusão no Brasil.

### Entrevistada II

A discussão sobre inclusão de pessoas na sociedade é hoje muito comum. Fala-se em inclusão de pessoas de vários grupos sociais diferentes: pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais; mulheres, pessoas afro-descendentes, pessoas das classes C e D, pessoas homossexuais, etc.

É preciso dar passos importantes para que este grupo de pessoas sejam vistas sem preconceitos pela sociedade, porque está evidente que hoje existe uma discriminação em relação as pessoas que têm algum tipo de limitação ou de deficiência.

No que se refere aos depoimentos das Entrevistas sobre a busca por direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais e, também, sobre o imperativo de dar passos

importantes em busca de melhorias na qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, as autoras Díaz *et al* (2009, p.20) descrevem:

Por conta das relações de poder, a comunidade surda, por um longo período, ficou silenciada, sua identidade foi massacrada. Mas, devido ao fracasso das tendências teórico-metodológicas que tentaram e tentam privilegiar o oralismo, os próprios surdos se viram obrigados a irem à luta. Alguns estudos, a respeito da educação dos surdos, partiram justamente de pais e filhos de surdos, ou dos próprios surdos.

A inclusão tem vários aspectos, existe a inclusão maior que é a inclusão na sociedade de forma geral: existe a inclusão no trabalho, inclusão digital, inclusão no sistema educacional, inclusão de acesso aos espaços públicos, etc. Este é um tema muito complexo e amplo. No presente estudo, será dado foco a inclusão educacional e, principalmente, a inclusão de pessoas no ensino superior.

## **2.2 A Inclusão *versus* a Exclusão no Sistema Educacional**

A inclusão no sistema educacional formal tem tido muitas lutas que visam modificar a forma com as pessoas e as escolas se relacionam com pessoas portadoras de deficiências dentro das escolas e faculdades. (DÍAZ *et al*, 2009). A sociedade chama de pessoas portadores de deficiências quem apresenta algum tipo de comprometimento orgânico ou psicológico e as pessoas que tem necessidade de aprendizado diferenciado.

A sociedade passou a denominar as pessoas que têm limitações físicas ou psicológicas como pessoas portadoras de necessidades especiais, mas continua vendo a deficiência como impossibilidade. Por isso, mantêm práticas de discriminação, atribuindo as dificuldades de aprendizagem às limitações orgânicas dos alunos, quando na verdade, as escolas e faculdades agem com preconceito e não estão com capacidade de construir estratégias didáticas que beneficiem de verdade as pessoas com necessidades especiais (STROBEL, 2008).

Questionadas sobre como encara a inclusão social de pessoas especiais, a Entrevistada I afirmou que “muitos lutam pela inclusão das pessoas, visto o grande número de excluídos. Para mim, a exclusão significa que muitas pessoas estão fora da sociedade, no sentido de não ter direitos iguais e de muitos serem tratados com grande discriminação”. Sobre este mesmo assunto, a Entrevistada II afirmou: “as pessoas vivem nas mesmas cidades, mas alguns não participam realmente da sociedade porque ficam sem opções para conseguir acompanhar o que a maioria das pessoas fazem”.

Sobre os motivos e consequências da exclusão social, a Entrevistada II nada abordou. Entretanto, a Entrevistada I expôs que:

Entrevistada I

Isso acontece com as pessoas por vários motivos, algumas são discriminadas porque são pobres, negras, índios ou porque têm alguma limitação física ou deficiência. Com a exclusão que existe, as pessoas com necessidades especiais têm mais dificuldades para estudar e trabalhar e, por isso, ficam com mais dificuldade para progredir na vida e fazer tudo que as outras pessoas fazem.

Neste contexto, a autora Celete (2018, p.1) afirma que, “a deficiência se faz presente em nossos discursos, porém enquanto prática ela se associa a segregação e a exclusão”. Então, é correto afirmar que se, por lado, as pessoas têm limitações de locomoção de percepção das informações externas (cegos, surdos por exemplo), por outro lado, as escolas e faculdades não sabem e não se interessam em ensinar adequadamente estas pessoas.

Quando questionada sobre a relação discurso e prática, adotada pelas instituições de nível superior, a Entrevistada II nada abordou. Entretanto, a Entrevistada I respondeu que:

Entrevistada I

Para que, de fato, ocorra a inclusão, devem-se melhorar as relações dentro das escolas, pois as novas leis do Brasil priorizam que as pessoas com necessidades especiais sejam incluídas no ensino regular, com eliminação da exclusão. A lei hoje prioriza as questões pedagógicas.

Ainda em relação a legislação que trata da inclusão de surdos nas escolas de nível superior, as Entrevistadas apresentaram as seguintes percepções pessoais:

Entrevistada I

As leis não estão sugerindo integração dos alunos e sim, inclusão, porque quando a escola realiza integração as pessoas portadoras de necessidades especiais precisam se adaptar à escola da forma que a escola sempre funcionou.

Entrevistada II

Na ideia da inclusão, as escolas e faculdades é que precisam se adaptar para oferecer aulas de acordo com as necessidades das pessoas especiais. Por isso, é necessário saber que existe exclusão e conhecer as necessidades dos alunos para poder realizar a inclusão adequada.

Neste contexto, a autora Celete (2018, p.1), esclarece que com a implementação legislativa na área da educação:

Mesmo que incipiente, com o atendimento à legislação, passa-se a ter menos classes especiais e mais trabalho de inclusão, com as diferenças nas salas de aulas, porém a maior conquista é pedagógica. Com a mudança da percepção de aprendizagem muda-se a perspectiva (...) com maiores processos de aprendizagem eles começam a se desenvolver melhor, com um transcurso de aprendizagem jamais imaginado.

Segundo esta mesma autora, os professores podem seguir vários caminhos, sempre de acordo com a leis brasileiras. Mas, cada professor precisar saber se está pronto para fazer uma inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais. Não adianta inserir o aluno em sala de aula e deixar que fique isolado dos outros alunos ou que não consiga acompanhar os programas pedagógicos se não houver um trabalho diferenciado para as necessidades do aluno (CELETE, 2018).

Em relação a inclusão *versus* exclusão social, as Entrevistadas afirmaram que:

Entrevistada I

Do ponto de vista das escolas e faculdades, muitas situações geram a exclusão dos alunos com necessidades especiais: ambiente físico, tipos de atividades propostas para os alunos, trabalhos de equipe onde a maioria dos alunos não aceitam formar equipes com alunos especiais, etc.

Entrevistada II

Se a escola não se adaptar aos alunos, as propostas pedagógicas vão contribuir para aumentar a exclusão, inclusive a exclusão social, porque o aluno fica isolado como, por exemplo, o fato dos alunos especiais não conseguirem acompanhar o conteúdo dos cursos que fazem.

As afirmações das Entrevistadas confirmam que “a escola, enquanto equipamento social, produz e reproduz mecanismos de exclusão, levando o fracasso escolar, que nos levaram a criar diferentes programas compensatórios em diferentes momentos históricos” (CELETE, 2018, p.1).

### **2.3 O Processo de Aprendizagem na Inclusão ou Exclusão Social**

O processo de aprendizagem é, também, importante fator que interfere na inclusão ou na exclusão escolar. No contexto de ensino é imprescindível estar atento que:

A exclusão estar vinculada a uma necessidade humana a categorizar e segmentar. A inclusão e exclusão se completam, porque quando eu excluo algo ou alguém, eu o incluo em algum outro patamar. Este binômio de inclusão exclusão é também entendido como um controle social, um processo social (CELETE, 2018, p.1).

Quando a Entrevistada foram questionadas sobre se o processo de aprendizagem que vivenciou na faculdade de Ciências Contábeis contribui para a sua respectiva inclusão nas etapas percorridas no curso, a Entrevistada II explanou que “Se o processo de aprendizagem não for bom, para que os alunos especiais consigam aprender, estes alunos vão ficar cada vez mais excluídos. Então, não vai acontecer inclusão, apenas integração”.

Por outro lado, também sobre se o processo de aprendizagem que vivenciou na faculdade de Ciências Contábeis contribui para a sua respectiva inclusão nas etapas percorridas no curso, a Entrevistada II explicou:

Entrevistada II

Os alunos frequentam a escola ou faculdade, mas não aprende o suficiente para que possa usar este conhecimento quando for buscar emprego. Este foi o sentimento que tive, ao vivenciar as etapas que percorri durante a realização dos estudos do meu curso de formação em contabilidade.

Neste cenário, é importante destacar que as dificuldades de inclusão educacional das pessoas especiais permeiam a história. As autoras Hirata, Dutra e Storto (2012, p.02) afirmam que:

Ao buscar cursos profissionalizantes e o ensino superior, o surdo depara-se com um mundo que não o esperava. Esse indivíduo precisa se inserir em sala de aula de ouvintes, com aulas destinadas a um perfil de aluno que não é o dele, com professores e colegas que não conhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que ele utiliza para se comunicar.

Em relação ao papel e atuação do professor no processo aprendizagem do surdo, a Entrevistada II afirmou que “o professor, para conseguir fazer inclusão, precisa se dedicar e criar formas diferentes de trabalhar com os alunos especiais, precisa, também, entender quais as limitações psicológicas, físicas ou orgânicas de seus alunos especiais”. A Entrevistada I afirmou:

Entrevistada I

O professor precisa se preparar para o trabalho em sala de aula. Se um aluno com necessidades especiais busca uma escola ou faculdade, ele deseja realmente realizar tudo que os outros alunos realizam e aprender para ficar preparado para trabalhar ou ter sua profissão no futuro.

Sobre a aplicação do conteúdo das disciplinas do curso, em relação ao professor poder ajudar os alunos com necessidades especiais a se incluir em todos os aspectos da escola e na sociedade de forma geral, a Entrevistada II nada abordou. Entretanto, a Entrevistada I abordou que:

Entrevistada I

O professor precisa entender as dificuldades dos alunos especiais enfrentam para acompanhar os conteúdos dos cursos, precisa saber como o aluno poderá compreender as questões apresentadas nas aulas mesmo com seu comprometimento orgânico. Desta forma, o professor poderá ajudar os alunos com necessidades especiais a se incluir em todos os aspectos da escola e na sociedade de forma geral, sem exigir que o aluno seja igual aos demais colegas.

Feitas as abordagens sobre as percepções das Entrevistadas sobre a inclusão social em geral, de pessoas com necessidades especiais, sobre a inclusão *versus* a exclusão no

sistema educacional e sobre o processo de aprendizagem na inclusão ou exclusão social das pessoas com necessidades especiais diversas, passa-se às abordagens da inclusão social específica dos surdos.

## **2.4 A Inclusão Social dos Surdos**

O dia nacional do surdo é comemorado em 26 de setembro. Esta data foi criada para chamar atenção da sociedade sobre as dificuldades e barreiras de acesso que as pessoas surdas encontram.

Segundo Frazão (2016), o censo brasileiro 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontou que quase dez milhões de pessoas têm surdez, sendo que mais de dois milhões apresentam surdez severa. Apontou, também, que um milhão de pessoas surdas têm menos de dezenove anos. Importante registrar que são consideradas pessoas com deficiência auditiva quem tem perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais.

O pensamento subjacente a linguagem anda agrupado e constrói uma cadeia de símbolos que dão origem aos significantes e significados. Uma pessoa surda constrói significados linguísticos específicos e pode ter nascido com esta condição devido a questões genéticas ou por condições que ocorrem durante a gravidez como infecções, medicações, drogas ou qualquer outra situação que leve a uma má-formação do sistema auditivo do bebê (DESSEN e BRITO, 1997; DUARTE e SOUZA, 2016).

Também ocorrem perdas auditivas parciais e totais ao longo da vida dos indivíduos e que podem ter causas variadas como infecções, traumatismos cranianos, acidentes de trânsito, ou qualquer acidente inclusive devido às condições de trabalho de uma pessoa. Somente após ser detectada a surdez é que uma pessoa contará com suporte da família e profissionais de saúde para ser assistida em necessidades trazidas pela surdez (DUARTE e SOUZA, 2016).

De acordo com Frazão (2016), no Brasil, o acesso dos surdos ao sistema de educação no governo do imperador Dom Pedro II, quando ele criou a primeira escola de surdos em 1857 no Rio de Janeiro, que era a capital do país na época. Esta escola se tornou o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A data da fundação desta escola se tornou o Dia do Surdo.

Hoje se sabe que existem no Brasil duas línguas: o português e a libras (Língua Brasileira de Sinais), que foi reconhecida em 2002 através da lei nº 10.436. A legislação

brasileira determina também que o poder público deve garantir formas institucionalizadas para o uso e difusão da Libras como forma oficial de comunicação objetiva com pessoas surdas.

Questionadas sobre benefícios do reconhecimento da libras no Brasil, a Entrevistada II ponderou: “as pessoas com surdez dependem quase exclusivamente da família para aprender a se comunicar em libras e em português, já que precisam ser alfabetizadas em Português e os professores em sua maioria não sabem alfabetizar pessoas surdas”. A Entrevistada I ponderou que:

Entrevistada I

A libras reconhecida pelo governo como um meio de comunicação objetivo e formal no Brasil não garante benefícios imediatos para as pessoas surdas, inclusive porque o número de pessoas que ouvem e se comunicam com a libras é muito restritivo, e o número de profissionais de educação que se comunicam em libras é ainda menor.

Neste contexto, Frazão (2016) afirma que existem muitos desafios de acessibilidade para os surdos. Visto que este grupo enfrenta muitas dificuldades para realizar atividades do dia a dia devido a barreira da comunicação. Este mesmo autor apresenta segundo Renata Rezende, professora de libras, precisa-se ser definido como obrigatória a presença de intérpretes nos muitos locais em que os surdos precisam resolver questões pessoais e profissionais.

Isto aponta que deveria haver intérpretes em bancos, repartições públicas, escolas, restaurantes, universidades, delegacias, hospitais e demais locais em que qualquer cidadão se dirige para resolver suas necessidades da vida, o que é explicitado por uma pessoa surda, citada por Frazão (2016, p.2):

A minha maior dificuldade em conviver com os ouvintes no âmbito da sociedade, é, por exemplo, um seminário, uma palestra, onde não tenha a presença de intérprete da língua de sinais, nós temos uma dificuldade de saber o que está sendo dito. Por exemplo, se na faculdade não tem intérprete, nós também temos essa dificuldade.

Em relação a presença da interprete nas escolas, a Entrevistada II afirmou que o intérprete “é muito importante na educação dos surdos, pois é um profissional flexível na leitura e na escrita, para comunicar com surdos. Porém, na prática não existem recursos e intérpretes nas escolas”.

Ressalta-se que a necessidade dos surdos de ter o auxílio de intérprete não é apenas nas escolas, tal necessidade é sentida em todos os ambientes de convívio social. Sobre este aspecto, o autor Frazão informa que no campo da saúde a situação de ausência e

necessidade de intérprete é ainda mais grave, e cita o seguinte discurso para ratificar sua afirmação:

Contudo, ela ressalta que nos hospitais os problemas são ainda mais graves. Às vezes, as palavras do médico são muito técnicas, e isso fica muito confuso. Tenho de explicar para o médico que eu consigo ler, ele tem de escrever para mim. Ele pode passar um remédio que eu tenha algum tipo de alergia, eu tenho de ter bastante atenção. Uma atenção sempre redobrada quando eu vou ao hospital e principalmente nesse âmbito da saúde (RENATA apud Frazão, 2016, p.2).

Abordadas as características e situações da inclusão social dos surdos no contexto social e, em especial, no sistema educacional, passa-se a abordar sobre legislação de inclusão social de surdos no sistema educacional brasileiro.

### **3 LEGISLAÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL DE SURDOS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

A inclusão é uma experiência positiva para os alunos ouvintes que têm oportunidade de conviver com as diferenças, que podem melhor elaborar com os seus conceitos sobre surdez, a libras e a comunidade surda, o que ajuda para o desenvolvimento de surdos e ouvintes quanto a cidadania.

Segundo Rodrigues (2017), é complicado escrever sobre a formação de surdos no Brasil. Surdos são diferentes de pessoas com deficiência auditiva. Surdos não falam porque já nascem surdos e as pessoas com deficiência auditiva podem ter perda parcial ou total da capacidade de ouvir.

Além deste aspecto, é relevante expor os posicionamentos do autor Marcel (2000, p.5) sobre o fato de que:

Os responsáveis por pessoas com necessidades especiais também são pessoas com necessidades especiais, pois precisam de orientação especializada e de grupos de apoio. A família se torna o grupo responsável por contribuir para inclusão dos filhos especiais junto à sociedade ao longo de muitos anos de vida, enquanto não estiverem preparados para seguir sozinho na sociedade.

Um dos espaços da atuação familiar em auxílio aos seus, é nas atividades e convívio escolar. Nesta condição, ressalta-se que o decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) estabelece que instituições federais de ensino devem garantir a educação e a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva. Por outro lado, a lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996) estabelece que a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita na rede regular de ensino e tem, ainda, direito a que sejam feitas adaptações educacionais para as pessoas especiais.

A Entrevistada II declarou: “na minha vivência de aluno, a inclusão nas escolas e faculdades, na prática, não tem atendido às adaptações da lei”. Verifica-se que este depoimento coaduna com a informação de que:

Apesar do avanço na legislação que institui a política nacional para a integração das pessoas com deficiência e a legislação que constitui normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o que os estudos evidenciam é um distanciamento enorme entre o que determina a lei e sua efetivação (Pereira e Saraiva, 2017, p.01).

Questionada sobre o atendimento da legislação que trata os direitos de inclusões de surdos no sistema educacional brasileiro, as Entrevistadas responderam:

Entrevistada I

Na prática, atualmente no Brasil existem muitas escolas bilíngues na educação dos surdos, ou seja, aprendizado na língua portuguesa e da língua de sinais brasileira. São escolas frequentadas por surdos brasileiros que lutam para alcançar suas necessidades linguísticas e frequentadas, também, por não surdos, com pretensões diversas, principalmente para serem intérpretes.

Nas escolas públicas, por exemplo, não têm recursos ou didática adaptados para atender um aluno com deficiência, seja ela auditiva ou qualquer outra.

Entrevistada II

Apesar de ser uma disciplina obrigatória para licenciaturas, os profissionais de educação não têm fluência em libras para auxiliar os seus alunos.

Os deficientes físicos e visuais têm maior facilidade no ensino superior. Acredito que por conta da legislação e da luta dos deficientes, adequaram o ambiente para os deficientes físicos e visuais. Entretanto, os deficientes auditivos ainda estão esquecidos. Digo isto pelo que eu vejo no estado de São Paulo, já não sei como estão os outros estados o cumprimento da lei.

Em relação ao intérprete para surdos, nas escolas, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial determinam que haja um intérprete na sala de aula, para respaldar os alunos surdos ou com deficiência auditiva. (BRASIL, 1996). Mas, não há intérpretes nas escolas. Por isso, os alunos surdos precisam que os professores fiquem atentos para que ao menos não haja obstáculos visuais entre o surdo e o professor (ROGRIGUES, 2017).

Este mesmo autor, Rodrigues (20017), afirma que o professor deve dar instruções breves e bem pronunciadas e também solicite ao aluno que expresse o que entendeu sobre as orientações dadas pelo professor. Então, o professor não pode dar orientações aos alunos enquanto escreve no quadro. Deve ajudar o aluno a se comunicar com colegas, pedindo que gesticulem e usem sinais para se comunicarem entre si.

#### **4 DIFICULDADES GERAIS DA PESSOA SURDA NO CONTEXTO DE ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Dentro da proposta educacional bilíngue, a pessoa surda tem acesso a duas línguas: língua de sinais e o português escrito. Primeiro, os surdos devem adquirir a Língua de Sinais (LS) e depois aprendem o português na modalidade escrita.

Segundo Rodrigues (apud Souza, 2011, p. 30-31):

O ensino bilíngue não deve ser pensado apenas na questão pedagógica de sala de aula, quando é disponibilizada a presença do intérprete. Faz-se necessário que o Projeto Político Pedagógico das escolas seja bilíngue, com a participação dos sujeitos surdos, que as políticas educacionais contemplem uma educação que reconheça a surdez como diferença, e, principalmente, ultrapassem os muros da escola e atinjam outras instituições, em especial, a família.

Entretanto, ainda segundo Rodrigues (2017), algumas escolas de educação fundamental conseguem realizar uma proposta pedagógica bilíngue, mas no ensino superior a situação é diferente e os alunos surdos encontram muitas dificuldades.

Sobre profissionais da educação terem conhecimento da língua de sinais, as Entrevistadas ponderaram que:

Entrevistada I

O conhecimento sobre a língua sinais torna mais eficaz a proposta educacional para alunos surdos, visto que desta forma há um respeito à forma de comunicação dos surdos, do mesmo modo que ocorre com qualquer pessoa que não domine a língua de outro país, mas podem expressar-se livremente quando respeitados seus direitos.

Entrevistada II

O sujeito surdo por muito tempo foi tratado como inferior por não falar como os ouvintes. Hoje, sua língua é reconhecida como meio oficial de comunicação, o que ajuda os surdos a lutar por seus direitos como cidadão, e principalmente garantir o direito de ter uma educação bilíngue.

Porém, no ensino superior ainda há muito a fazer para que as pessoas surdas tenham uma formação de qualidade no mesmo padrão dos ouvintes.

As ponderações das Entrevistadas vão ao encontro das afirmações de Rodrigues (2017, p.17): “embora alguns professores de graduação se esforcem para incluir os alunos surdos tentando adaptar suas aulas, muitas vezes estes profissionais desistem, afirmando que não possuem formação para “trabalhar” com esses alunos”.

Com base no contexto acima descrito, as Entrevistadas foram questionadas sobre as experiências que tiveram em sala de aula no que se refere à postura, atuação,

profissionalismo e preparo dos professores, no tratamento dos conteúdos abordados no desenvolvimento do curso. As Entrevistadas afirmaram:

Entrevistada I

Por ser ensino superior eu esperava mais dos professores. Em geral, eles não têm preparo e nem têm vontade de melhorar a qualidade das aulas para um deficiente. Porém três professores eram mais profissionais, uma vez que me ajudavam: como faço leitura labial, eu exigia que eles falassem de frente para mim, inclusive com material por escrito.

Entrevistada II

Quando eu tinha dúvidas, perguntava aos professores. Como auxílio da intérprete, eu chamava tirar dúvidas; falava que não tinha entendido e pedia para explicar novamente. Alguns professores não gostavam, dava para perceber pela expressão facial, outros davam risadas da minha cara. Por outro lado, outros eram profissionais, grandes professores, explicavam com prazer novamente.

Em relação ao material didático e aos demais funcionários das escolas superiores de ensino, segundo Rodrigues (2017), os alunos surdos afirmam que “é preciso ter livros e textos adaptados em língua de sinais. Além disso, técnicos e membros do colegiado das graduações precisam aprender a língua de sinais”. Sobre este aspecto, as Entrevistadas abordaram que:

Entrevistada I

No início da graduação tive dificuldade leitura e na escrita do português. Mesmo com a ajuda da intérprete tive dificuldades de entender os textos. Nos estudos da contabilidade encontrei dificuldade para aprendizagem de alguns conceitos próprios da área estudada, por não existir alguns sinais em libras próprio do curso. Muitas vezes tive que pesquisar e não encontrar sinais de determinadas palavra, especificamente. Alguns exemplos dessas palavras, são: Capital (\$), Cliente e Lucro.

Entrevistada II

No aprendizado da matemática tive dificuldade menor devido ao uso da máquina para calcular. Porém, apesar das dificuldades, gradualmente foi possível identificar sinais mais apropriados aos conceitos da área de contábeis, devido eu ter aumentado a própria compreensão das palavras e realizado pesquisas. Com o tempo pude encontrar sinais mais apropriados para aquele sentido do específico.

As Entrevistas apontaram dificuldades de socialização com os colegas e limitada troca de conhecimentos, devido entraves na comunicação. A Entrevistada I relatou que “a relação com os colegas ouvintes é difícil por não ter a comunicação. Não ter como fazer parte da discussão com os colegas e professores”. A Entrevistada II relatou que “sinalizei algumas barreiras durante a faculdade, uma vez que há falta de bom senso, devido ao fato das pessoas não se colocarem no lugar do outro”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresenta os resultados estudos e realizados com base em depoimentos com pessoas surdas sobre as suas respectivas experiências no ensino superior. Os depoimentos foram fundamentos teoricamente na revisão da literatura realizadas sobre o tema. Ressalta-se que a revisão bibliográfica foi uma etapa importante desta pesquisa de campo para que fosse possível entender o desenvolvimento teórico desta temática. Além disso, a revisão da literatura contribuiu para uma definição mais precisa quanto aos objetivos de estudo.

Se por um lado a revisão da literatura exigiu um levantamento de informações e conceitos a partir de textos diretamente ligados ao tema deste estudo, por outro lado o levantamento de dados em campo foi realizado através das entrevistas de duas pessoas surdas graduadas.

O objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, uma vez que foram abordadas as principais dificuldades encontradas por estudantes surdos na formação de nível superior em Ciências Contábeis, fazendo-se links com a literatura científica que fundamenta o estudo. Os objetivos específicos também foram alcançados, uma vez que foram apresentadas as características da inclusão social de pessoas com necessidades especiais, em particular os surdos.

O estudo fez exposição dos principais determinantes da legislação de inclusão social de surdos no sistema educacional, identificando e analisando, sob a perspectiva de alunas surdas de curso de Ciências Contábeis, os diversos fatores que implicam em dificuldades no contexto de ensino de curso superior.

Na resposta da problemática do estudo, descrita no seguinte, respondem-se, também, aos questionamentos iniciais que estão descritos na introdução deste artigo. São eles: (i) quais as principais dificuldades as pessoas surdas têm na realização do curso de formação superior?; (ii) Qual o modo como colegas e professores se relacionam com alunas surdas?; (iii) os docentes do curso têm preparo capacitados para trabalhar a inclusão de alunos surdos ao ambiente do ensino superior? (iv) Quais mudanças pedagógicas os docentes realizaram para trabalhar com alunos surdos em sala de aula?

Em relação à problemática enfrentada no estudo, identificaram-se que, sob a percepção de alunas surdas de curso de bacharelado em Ciências Contábeis, as principais

dificuldades encontradas por estudantes surdos na formação de nível superior são, em suma: (i) A inclusão de pessoas com necessidades especiais ainda é pouco organizada no Brasil em todas as áreas da sociedade; (ii) Devem-se melhorar as relações dentro das escolas, pois as novas leis do Brasil priorizam que as pessoas com necessidades especiais sejam incluídas no ensino regular, com eliminação da exclusão; (iii) As escolas e faculdades precisam se adaptar para oferecer aulas de acordo com as necessidades das pessoas especiais; (iv) Deficiências nas propostas pedagógicas contribuem para aumentar a exclusão; (v) Os alunos frequentam a escola ou faculdade, mas não aprende o suficiente para que possa usar este conhecimento quando for buscar emprego; (vi) O professor precisa se preparar para o trabalho com alunos especiais, em sala de aula; (vii) As pessoas com surdez dependem quase exclusivamente da família para aprender a se comunicar em libras e em português; (viii) O sujeito surdo por muito tempo é tratado como inferior por não falar como os ouvintes e (ix) Mesmo com a ajuda da intérprete tive dificuldades de entender os textos.

Conforme as abordagens deste estudo, o Brasil tem mais de dez milhões de pessoas surdas que têm cultura e língua próprias. Mas, a formação educacional de surdos não depende exclusivamente da libras ser reconhecida como uma língua oficial no Brasil.

Embora o reconhecimento da Língua de Sinais como língua oficial da comunidade surda seja uma grande conquista, a oferta de uma educação formal bilíngue (libras e português) não garante um acesso de qualidade ao Ensino Superior ou uma formação profissional adequada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Dulce B. *A Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás: História e Crítica*. Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Goiás, 1992.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 20.04.2018.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). Acesso: 20.04.2018.

CELETE, Lucila H. *Qual a Relação Entre Inclusão e Exclusão?* 2018. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/qual-a-relacao-entre-inclusao-e-exclusao/58909>. Acesso em: 23.04.2018.

COSTA, Ângela Estrela; SANTOS JÚNIOR, Clodoaldo Moreira Dos. *Necessidades Especiais no Ensino Superior: Inclusão ou Exclusão*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 185-194, abr./jun. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Novais/Downloads/2764-8223-1-PB.pdf>. Acesso: 20.04.2018.

DESSEN, Auxiliadora; BRITO, Angela Maria Waked de. *Reflexões Sobre a Deficiência Auditiva e o Atendimento Institucional de Crianças no Brasil*. Paidéia FFCLRP-USP, Rio Preto, Fev e Ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/n12-13/09.pdf>. Acesso em: 15/04/2018.

DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha. *Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: Questões Contemporâneas*. Organizadores autores: Elias Souza dos Santos [et al.]. Salvador: EDUFBA, 2009.

DUARTE, José Cleber Leandro; SOUZA, Dayse. O Desenvolvimento da Linguagem nos Surdos. 2016. ISSN 1646-69772016. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1015.pdf>. Acesso em: 15/04/2018

FRAZÃO, Fernando. *Apesar de Avanços, Surdos Ainda Enfrentam Barreiras de Acessibilidade*. In.: Cidadania-e-justica, 2016. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/apesar-de-avancos-surdos-ainda-enfrentam-barreiras-de-acessibilidade>. Acesso em: 20.04.2018.

HIRATA, Tirza Cosmos dos Santos; DUTRA, Alessandra; STORTO, Letícia Jovelina. *Inclusão de Aluna Surda no Ensino Profissionalizante em Escola Pública da Cidade de Londrina*. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p.205-225, 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em 15/04/2018.

MACIEL, Maria R.C. *Portadores de Deficiência: A Questão da Inclusão Social*. Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp.51-56. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>. Acesso em: 20.04.2018.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; PEREIRA, Joseana Maria. *Trajetória Histórico Social da População Deficiente: da Exclusão à Inclusão Social*. SER Social, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017.

RODRIGUES, Leandro. *Desafios Para a Formação Educacional de Surdos no Brasil*. Nov/2017 Disponível em <<http://institutoitard.com.br/desafios-para-formacao-educacional-desurdos-no-brasil/>>. Acesso em: 20.04.2018.

STROBEL, K. *As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: Editora da FSC, 2008.

ZEPPONE, Rosimeire Maria Orlando. *A Conferência Mundial de Educação Para Todos e a Declaração de Salamanca: Alguns Apontamentos*. Revista Educação Especial, v. 24, n. 41, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3558>. Acesso em: 23.04.2018.

## **ABSTRACT**

Public policies, private institutions and organised civil society face the great challenge of the perspective of inclusive education. Special education should be thought of having as a priority the person with special educational needs. This paper presents field research about the education of deaf people into the field of Accounting, arguing, in particular, the impact of communication barriers in the process of socialization of these students in the University environment. Thus, this study aims to address the main difficulties encountered by deaf students in higher-level training in accounting. The specific objectives are: to present the characteristics of the social inclusion of people with special needs; expose the legislation on social inclusion of the deaf in the educational system and the various factors that imply difficulties in the context of teaching degree in Accounting. The testimony of Interviewed are presented by subject of study and context with the theory that justifies the search. The reports of the meeting partly experiences allow Respondents and difficulties along the formation of graduation and list several points responsible for the quality of the academic training and also provides the extension of knowledge on the linguistic inclusion of the deaf.

**Keywords:** Training of The Deaf. Accounting. Social Inclusion.